

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

**Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura
e Sociedade (CPDA)**



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a
agricultura**

Área Temática: Reforma Agrária

Período de Análise: 01/01/2016 a 31/01/2016

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT
Carta Capital

Estagiária: Ananda da Silveira, Daniele Rocha e Marielle Mattos

Índice

Incrá efetua bloqueio de beneficiários da reforma agrária identificados por auditoria da CGU – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. 04/01/2016.....	4
Destaques. Valor Econômico. 06/01/2016.	6
Troca de afagos entre Alckmin e MST marca evento sobre terras. Fernando Taquari – Valor Econômico, Política, 14/01/2016.	10
Incrá reconhece área do Quilombo de São Pedro (SP) – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. 15/01/2016	13
Alckmin e líder sem-terra trocam elogios. Fernando Taquari - Valor Econômico, Política. 15/01/2016.....	14
MST invade fazenda de político no extremo oeste paulista. José Maria Tomazela – Site O Estado de São Paulo. 16/01/2016	16
2016: violência em Rondônia resulta em mais mortes de militantes sociais – Comissão Pastoral da Terra. 18/01/2016.....	17
Incrá reconhece território da comunidade quilombola Mangueiras (MG) – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. 19/01/2016	18
Truculência da Polícia Federal marca reintegração de posse na aldeia Kaí em Prado (BA) – Comissão Pastoral da Terra (CPT). 20/01/2016	20
Movimentos denunciam ataques a indígenas no Mato Grosso do Sul – Comissão Pastoral da Terra. 21/01/2016.....	21
Após anulação de sentença, demarcação da Terra Indígena Maró pode prosseguir – Comissão Pastoral da Terra. 22/01/2016.....	23
Dois líderes de acampamento são mortos em Jaru, Rondônia – Site da Comissão Pastoral da Terra. 25/01/2016.....	25
Nota Pública sobre o despejo de 400 famílias de trabalhadores/as rurais, em Ourilândia do Norte, Pará – Site da Comissão Pastoral da Terra (CPT). 25/01/2016	26
Líder sem-terra do MLST é sepultado em Porto Calvo, Alagoas – Site da Comissão Pastoral da Terra (CPT). 25/01/2016.....	27
Cimi protocola denúncias contra ataques químicos em Tey'i Juçu e intimidações aos Kanela do Araguaia - Site da Comissão Pastoral da Terra. 26/01/2015	30
Secretária executiva do MDA inaugura casas e entrega benefícios a famílias assentadas no RN – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. 28/01/2016.....	33
Crédito Fomento Mulher beneficia 754 assentadas em Mato Grosso do Sul – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. 28/01/2016	35

Brasil resgata em 2015 mais de 1 mil pessoas em condição de escravidão. Valor Econômico, Brasil. 28/01/2016.	37
Assessoria técnica do Incra/BA mapeia assentamentos para a implantação de agroindústrias – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. 29/01/2016.....	39
Incra defende articulações institucionais para promover regularização fundiária – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. 29/01/2016	40
Incra/PB sedia seminário de políticas públicas para comunidades quilombolas – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. 29/01/2016	41
Incra obtém nono imóvel para consolidação do território quilombola de Serra da Guia (SE) – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. 29/01/2016	42
MDA e Incra ampliam ações para o fortalecimento da reforma agrária – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. 29/01/2016	43

Incra efetua bloqueio de beneficiários da reforma agrária identificados por auditoria da CGU – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. 04/01/2016

Ação é uma das 14 do Plano de Providências para aprimoramento e modernização do Sistema de Informação de Projetos de Reforma Agrária.

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) concluirá, até março de 2016, o bloqueio na base de dados do Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária (Sipra), de 76.436 Cadastros de Pessoas Físicas (CPFs) com possíveis irregularidades apontadas por auditoria realizada pela Controladoria-Geral da União (CGU). As inconsistências envolvendo a seleção de beneficiários ao Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) desde a criação da autarquia, há 45 anos, foram apontadas em relatório da CGU publicado em junho de 2015.

O total de inconsistências representa 4,24% de todos as cerca de 1,8 milhão de beneficiários constantes na base de dados do Sipra, entre titulares da unidade familiar e cônjuges, além de moradores em comunidades tradicionais (ribeirinhos, extrativistas, entre outros) atendidos pelos Incra.

A ação de bloqueio dos CPFs indicados inviabiliza o acesso a benefícios concedidos pela autarquia, como o Crédito Instalação, além da retirada da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), necessária para obter linhas de crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

Plano de Providências

A medida adotada obedece a cronograma de trabalho estabelecido com a CGU e integra o Plano de Providências, elaborado pela Diretoria de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento do Incra em conjunto com a Controladoria-Geral da União. O documento contém ações formuladas para sanar, a curto, médio e longo prazos, cada uma das 12 inconsistências apontadas no relatório.

O Plano se divide em duas etapas. A primeira (curto prazo – até 2016) é corretiva, e bloqueará os casos apontados pela CGU. Os beneficiários serão notificados pelo Incra e poderão apresentar defesa. Se confirmada a irregularidade, o Instituto poderá excluir o assentado do programa, retomando o lote em seguida.

A segunda medida, de caráter sistemático (médio prazo, entre 2017-2018), busca modernizar o Sipra, aprimorando os mecanismos de controle e interligando o sistema a bases de dados de outros órgãos do Governo Federal. O objetivo é aprimorar os critérios de seleção de famílias e fiscalizar a posse irregular de lotes de assentamentos da reforma agrária e áreas reconhecidas.

O coordenador geral de Implantação de Assentamentos do Incra, Ivan Barreto, destaca a importância da auditoria e seus resultados. “A CGU tem sido um órgão parceiro no processo de averiguação de dados que há duas décadas eram feitos manualmente, em papel, e visava cadastrar trabalhadores rurais que muitas vezes não tinham sequer documentação civil”. O coordenador ressaltou, ainda, que já em 2015 as homologações realizadas pelo Incra contaram com a colaboração da CGU para o cruzamento de dados e informações que permitem atender com segurança aos critérios e perfis estabelecidos pelo PNRA para o assentamento de famílias.

Integrações

Outra medida já em curso é a elaboração de um Acordo de Cooperação Técnica para acesso de dados relativos ao Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS) do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS). O Incra não tem acesso a essa base, razão pela qual torna-se difícil comprovar os dados apresentados pelos candidatos à reforma agrária. O relatório da CGU cruzou os CPFs constates no Sipra com as bases de outros órgãos e instituições públicas, como da Receita Federal do Brasil, INSS, Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Portal da Transparência – do Poder Executivo Federal –, Tribunal de Contas da União (TCU) e a Relação Anual de Informações Sociais (Rais).

O Incra está em tratativas para finalizar o mecanismo de integração entre o Sipra e o CNIS a fim de validar e confrontar dados antes da homologação dos candidatos ao PNRA. Enquanto o acordo não é finalizado, o Incra, para fins de aplicação dos critérios de elegibilidade ao PNRA, tem adotado na rotina de cadastros a análise das informações contidas no extrato do CNIS-Cidadão, conforme estabelece normativo próprio para esses procedimentos.

Enquanto a autarquia aguarda autorização para acesso às bases de outros órgãos, os candidatos à condição de assentado da reforma agrária inscritos em 2015 ficarão bloqueados no Sipra até que a CGU faça o cruzamento de dados e comprove a regularidades do beneficiário.

Barreto destaca que o processo de atualização do Sipra é um desafio à modernização dos instrumentos capazes de garantir o cumprimento da missão do Incra de promover o acesso à terra, o sustento das famílias assentadas e a produção alimentos para a mesa de outros brasileiros. Esta evolução trará segurança ao Estado Brasileiro e aos recursos do cidadão por ele aplicado, beneficiando efetivamente trabalhadores e trabalhadoras rurais que de fato buscam um pedaço de terra para trabalhar e viver com dignidade.

Destaques. Valor Econômico. 06/01/2016.

Aviso prévio

O Tribunal Superior do Trabalho (TST) rejeitou agravo do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) contra decisão que o condenou a pagar aviso prévio indenizado e multa de 40% do FGTS a um empregado de uma fazenda desapropriada no município de Goianá (MG) para fins de reforma agrária. A autarquia alegava que a desapropriação do terreno se deu por interesse social, mas não conseguiu demonstrar divergências na interpretação da CLT que permitissem o exame do recurso de revista pelo TST. O trabalhador rural foi demitido em 2013, após 36 anos de serviços prestados na Fazenda da Fortaleza de Sant'Ana, que o dispensou com a justificativa do encerramento das atividades em decorrência da desapropriação. Como a fazenda faz parte do espólio do antigo proprietário, ele acionou os herdeiros e também o Incra. Para o Tribunal Regional do Trabalho (TRT) de Minas Gerais, ficou caracterizado o chamado *factum principis*, ou "fato do príncipe", definido no artigo 486 da CLT como a paralisação temporária ou definitiva da prestação de serviços, em decorrência de ato praticado por autoridade pública federal, estadual ou municipal. Com esse entendimento, condenou o Incra ao pagamento apenas do aviso prévio e da multa do FGTS, considerando que as demais verbas rescisórias seriam devidas pelos empregadores na vigência do vínculo de emprego.

Incra é imitado na posse de área quilombola Rincão dos Martimianos (RS) – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. 08/01/2016

Mais uma parte do território quilombola de Rincão dos Martimianos, em Restinga Seca (RS), está liberada para a comunidade. No dia 17 de dezembro, o Incra no Rio Grande do Sul foi imitado na posse de terras que estão sendo desapropriadas e que integram o território. A área total identificada e reconhecida pelo Instituto é de 98,6 hectares - destes, 26,1 ha já foram titulados em nome da Associação dos Remanescentes de Quilombo Vovô Geraldo – Rincão dos Martimianos em 2014.

"Agora demos mais um passo para a titulação definitiva de outros 22,8 hectares para a comunidade, que já pode utilizar a área", explica o coordenador de Projetos Especiais do Incra/RS, Vitor Py Machado, que esteve em Restinga Seca para o ato de imissão de posse.

A notícia foi recebida com entusiasmo pelas 55 famílias quilombolas. "Com estas terras, já podemos plantar uma área maior", comemora o presidente da Associação, João Oraci de Souza. Ele explica que o terreno é próprio para o plantio de arroz, mas que para isso, reparos precisam ser feitos na área do açude, viabilizando a irrigação. Enquanto isto não é providenciado, a comunidade vai expandir o cultivo de milho. Igualmente, uma antiga olaria, onde pelo menos 11 quilombolas trabalharam e que já estava desativada, deve ser aproveitada, em parte, como aviário. "Vamos nos organizar para isto, é uma forma de ter mais um retorno em renda", informa Souza.

História

A comunidade tem sua origem no final do século XIX, com o casamento de Martimiano Rezende de Souza, filho da escrava Maria Joaquina, com a filha mais moça do ex-escravo Geraldo Carvalho, Alzira Martins de Carvalho, na região que hoje é o município de Restinga Seca. Souza havia migrado com os irmãos para lá em busca de oportunidades criadas pela abertura de ferrovias no centro do estado. A família da esposa, Alzira, é ascendente de outra comunidade quilombola, a de São Miguel. Até hoje as famílias das duas comunidades mantêm as relações de parentesco.

O processo de regularização do território de Rincão dos Martimianos foi aberto no Incra

em 2005. Em 2006 a área foi identificada, em 2007 reconhecida e, em 2009, foi publicado decreto presidencial autorizando as desapropriações. Para Machado, o tempo decorrido demonstra a complexidade do processo, que passa por várias etapas administrativas e judiciais - com amplo direito de defesa das partes envolvidas. "Não é algo feito de maneira açodada", registra, destacando o trabalho metucioso realizado pelo Incra.

Com o território parcialmente titulado, Souza avalia a experiência. "Para nós, foi até tranquilo. No início, houve uma certa desconfiança das famílias que seriam desapropriadas. Mas as pessoas foram entendendo como funciona. Não houve atrito com a comunidade, tirando uma divergência ou outra. Agora temos o nosso espaço, e quem saiu foi indenizado", pondera.

Para além da viabilidade econômica das famílias, a posse do território trouxe um ganho incalculável, de recuperar o pertencimento ao lugar de origem. "Nasci e me criei aqui, nas terras do meu pai. Tomava banho no açude. Depois, já não podia mais. Agora, meus netos podem pescar, tomar banho no mesmo açude", conta Souza.

Manifestantes ocupam sede do Incra em Brasília. Valor Econômico, Brasil. 11/01/2016.

BRASÍLIA - Manifestantes ocupam na manhã desta segunda-feira o prédio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) em Brasília. Integrantes do Movimento Social de Luta (MSL) chegaram ao local por volta das 4h de hoje e impedem o acesso de servidores ao edifício por meio do bloqueio da entrada principal.

A estimativa da Polícia Militar (PM) do Distrito Federal (DF) é que cerca de 150 pessoas ocupam os arredores do prédio, mas a corporação não soube informar quantos manifestantes permanecem dentro do prédio. Já o MSL informou que 450 famílias participam da ocupação e que pelo menos 11 andares foram tomados pelo movimento.

De acordo com o diretor-geral do MSL, Hugo Zaidan, a pauta de reivindicações inclui a retomada do fornecimento de cestas básicas nos assentamentos, a vistoria de áreas ocupadas e o cadastramento das famílias. Ainda segundo ele, ocupações similares foram registradas hoje nos Estados de São Paulo e Mato Grosso.

“A pauta já foi entregue. Vamos esperar agora para ver se a Lúcia Falcão [presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, o Incra] nos atende. Se nos atender, a gente desocupa. Se não, a gente só sai quando ela vier nos atender”, disse. O grupo representa um total de oito acampamentos e 4,5 mil famílias.

Após se reunir com integrantes do movimento, a diretora administrativa do Incra, Cleide Souza, informou que o órgão aguarda a unificação da pauta e que só depois disso será iniciado o processo de negociação. Ela informou que já foi pedida a desocupação imediata do prédio. A Ouvidoria Agrária Nacional acompanha o processo.

“A gente recebe a pauta, analisa os itens. Eles vão ser recebidos pelo chefe de gabinete e pelo vice-presidente, porque a presidente está de férias”, adiantou.

(Agência Brasil)

Incra libera R\$ 20 milhões para passivo de assistência técnica dos assentamentos.
Verônica Tozzi – Site da Confederação Nacional de Trabalhadores na Agricultura.
14/01/2016

O passivo da assistência técnica para os assentamentos da reforma agrária foi tema de reunião realizada na manhã desta quinta-feira (14), na sede do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), em Brasília.

O secretário de Política Agrária da CONTAG, Zenildo Pereira Xavier, representantes da FETAGRI-MS, e de outros movimentos sociais do campo reuniram-se com o presidente substituto do Incra, César Aldrighi, para discutir o passivo da assistência técnica para os assentamentos da reforma agrária, que já chega a quase R\$ 66 milhões. Atualmente, cerca de 400 mil famílias são atendidas pela assistência técnica em todo o Brasil.

Após negociação entre os representantes dos assentados(as) e do Incra, ficou acordada a liberação, ainda hoje, de R\$ 20 milhões, sendo que esse recurso será destinado prioritariamente para áreas nos estados do Ceará, Mato Grosso do Sul, Pará e Pernambuco, que concentram a maior parte do passivo. Em alguns casos já será destinado 50% do valor devido agora e, até o final do mês, o restante para liquidar o passivo.

“A reunião foi bastante positiva, conseguimos fazer uma boa negociação para os nossos trabalhadores e trabalhadoras rurais. Enfrentamos vários desafios na política de reforma

agrária porque o orçamento do Incra está a cada ano menor. Por isso, continuaremos mobilizados para avançar ainda mais”, avaliou Zenildo.

O dirigente da CONTAG informou que o Incra se comprometeu em buscar a liberação de outras fontes de recurso para dar conta de toda a demanda. Zenildo disse, ainda, que aproveitou a ocasião para pressionar os representantes do Instituto quanto a outros temas prioritários para a entidade, como os decretos de desapropriação de novas áreas, o desenvolvimento dos assentamentos e o Fomento Mulher. Sobre esses temas, serão agendadas novas reuniões para tratar especificamente dessas políticas

Troca de afagos entre Alckmin e MST marca evento sobre terras. Fernando Taquari – Valor Econômico, Política, 14/01/2016.

SÃO PAULO - O clima de cordialidade e a troca de afagos marcaram a cerimônia de sanção do projeto de lei que permite a transmissão de terras a herdeiros de assentamentos rurais e o acesso a financiamento no Estado de São Paulo. Realizado no Palácio dos Bandeirantes, o evento contou com a presença do governador Geraldo Alckmin (PSDB) e de representantes de movimentos sociais, como o MST.

O projeto, que foi enviado pelo Executivo à Assembleia Legislativa em setembro e foi aprovado por unanimidade em dezembro de 2015, revela o esforço do tucano em estreitar os laços com movimentos sociais. A iniciativa ocorre no momento em que o governo Dilma Rousseff tem sido questionado por esses grupos, sobretudo por sua política econômica de ajuste fiscal e corte de benefícios.

No seu discurso, Gilmar Mauro, dirigente do MST, fez questão de ressaltar o papel de Alckmin na aprovação da lei, que beneficiará quase sete mil famílias atendidas no Estado por políticas agrárias. “É muito importante essa sua abertura de diálogo. Talvez, essa seja uma das poucas experiências em que um governador de Estado chama 27 secretários para se sentar com o movimento social”, disse.

O dirigente do sem-terra afirmou ainda que espera que a proposta do governo paulista seja aplicada em nível nacional. Além disso, Mauro aproveitou a abertura de espaço para lembrar ao tucano que o movimento apresentará outras demandas. Como exemplo,

citou a educação no campo e a arrecadação fundiária. “Espero que nós cada vez mais tenhamos por parte do governo do Estado essa sensibilidade para avançarmos concretamente na resolução do problema grave”.

Em sua fala, Alckmin destacou que a reforma agrária é uma atribuição do governo federal, mas que os Estados também podem atuar se tiverem áreas devolutas. O tucano pontuou também que a reforma agrária em São Paulo foi iniciada na gestão de Franco Montoro, na década de 1980, e que desde então o assentamento de famílias de trabalhadores tem sido fundamental para elevar a produção agrícola.

“Quero reiterar nosso compromisso com a política agrária do Estado de São Paulo, áreas devolutas serem destinadas ao assentamento, dando apoio para que eles possam dar bons frutos. A obra prima do estado é a felicidade das pessoas. As pessoas são felizes quando conseguem realizar a sua vocação de servir. Trabalhar na terra é uma das mais belas vocações”, disse Alckmin ao encerrar o discurso.

Nova superintendente do Incra/RJ toma posse – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. 13/01/2016

A defensora pública do estado do Rio de Janeiro, Maria Lúcia de Pontes, tomou posse na última segunda-feira (11), para exercer o cargo de superintendente regional do Incra no Rio de Janeiro.

Maria Lúcia atuava no Núcleo de Terras e Habitação (Nuth) da defensoria do estado quando foi nomeada pela Portaria nº 2 do Incra, de 06 de janeiro de 2016.

Natural de Jacaraú, na Paraíba, a nova superintendente é bacharel em Direito pela Universidade Federal Fluminense e atua, desde 2005, com questões fundiárias, em especial com conflitos de terras urbanas.

Como defensora pública, propôs diversas ações que evitaram o despejo de famílias de baixa renda moradoras de áreas não regularizadas, sendo emblemáticos os casos da Vila Autódromo e do Canal do Anil, ambos no Rio de Janeiro.

A superintendente também já atuou no Grupo de Trabalho Quilombola da organização não governamental Koinonia, criado com o objetivo de promover ações de defesa de direitos e fortalecimento político de comunidades afrodescendentes.

“Não tem nada a ver com questão eleitoral”, diz Alckmin sobre MST. Fernando Taquari – Valor Econômico, Agronegócios. 14/01/2016.

SÃO PAULO - O governador paulista, Geraldo Alckmin, negou nesta quinta-feira que sua aproximação com o MST tenha objetivos eleitorais. Segundo o tucano, o governo do Estado está aberto ao diálogo com todos os movimentos que se dedicam à política agrícola, como as famílias de assentados.

“Quando a gente ouve mais, erra menos. É importante estar aberto ao diálogo”, disse Alckmin, que disputa com o senador Aécio Neves (MG) a indicação do PSDB para concorrer à Presidência da República em 2018.

O governador tem feito acenos ao MST em uma iniciativa vista por correligionários como estratégia para se cacifar dentro e fora do partido, uma vez que o governo Dilma Rousseff tem sido alvo de críticas de movimentos sociais pela política de ajuste fiscal.

Hoje, Alckmin sancionou projeto que permite a transmissão de terras a herdeiros de assentamentos rurais, como defende o MST em nível nacional. O tucano, porém, disse que sua gestão está apenas ampliando uma política de reforma agrária do Estado que foi iniciada na década de 1980, durante o governo Franco Montoro.

“Não tem nada a ver com questão eleitoral. O assentando não tem partido. Ele quer é trabalhar. Não tem essa relação de natureza eleitoral. É nosso dever cuidar da agricultura familiar”, afirmou.

A aproximação com o MST gerou críticas ao governador. O presidente da Sociedade Rural Brasileira (SRB), Gustavo Junqueira, avaliou a movimentação do tucano como “oportunista”, inclusive, disse que Alckmin perder apoios no setor produtivo.

Questionado sobre as declarações, Alckmin preferiu não polemizar. Manifestou seu respeito a Junqueira e acrescentou que espera que a política agrária do Estado seja reconhecida.

Necessidades

Dirigente do MST, Gilmar Mauro classificou nesta quinta-feira como “política” a relação do grupo com o governador paulista. O líder sem-terra, no entanto, também negou que a aproximação entre a entidade e o Estado tenha fins eleitorais.

“Há algum tempo viemos conversando. Como movimento social estamos abertos a conversar com todos os governos. É uma relação política, mais do que parceria. Precisamos desse espaço de negociação. Afinal de contas, representamos uma

categoria. Uma organização que não responde às necessidades de sua categoria não tem sentido de ser”, afirmou Mauro.

O dirigente ainda elogiou a proposta ao afirmar que ela está em linha com os anseios do MST e deveria ser aplicada em âmbito nacional. “Queria dizer que somos pragmáticos também. Tem um pragmatismo que é a exigência da realidade. O projeto é muito bom e o defendemos em nível nacional. Ele impede todo o oportunismo na venda de lotes”, disse.

Mauro argumentou que o movimento procura manter em aberto o canal de diálogo com o governo estadual para outras reivindicações, como uma lei específica para educação no campo. “São particularidades que precisam ser levadas em consideração”.

O dirigente do MST ainda minimizou a repercussão da aproximação com governador tucano. “Me preocuparia se o movimento recusasse o processo de negociação. Ai cairíamos numa lógica de um esquerdismo inconsequente que pode ter um discurso ideológico, mas que não responde às necessidades de sua categoria. O movimento social em geral tem essa característica. Faz pressão, mas precisa de canais de diálogo porque as conquistas de alguma forma são institucionalizadas. É importante que se institucionalize, para que essas conquistas tenham perenidade”.

Inkra reconhece área do Quilombo de São Pedro (SP) – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. 15/01/2016

O Incra reconheceu e declarou como terras da Comunidade Remanescente de Quilombo de São Pedro, uma área de 4.692 hectares, situada nos municípios de Eldorado e Iporanga, no Vale do Ribeira, em São Paulo. A Portaria de reconhecimento, que beneficia 39 famílias quilombolas, foi publicada nesta quinta-feira (14), no Diário Oficial da União (DOU).

Os limites e confrontações da área levaram em conta os termos do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID), estudo relativo à regularização das terras da Comunidade Remanescente de Quilombo de São Pedro, que foi elaborado por comissão técnica da Superintendência do Incra de São Paulo.

No Vale do Ribeira concentra-se a maioria dos quilombos existentes no estado de São Paulo. Historiadores apontam que o povoamento negro do bairro de São Pedro coincide com a ocupação da região do Vale do Ribeira. Após a abolição da escravatura, diversos descendentes de escravos adensaram a região a partir de núcleos iniciais já estabelecidos (São Pedro e Ivaporunduva). São Pedro e as comunidades quilombolas contemporâneas do Vale guardam um vínculo histórico com antigos quilombos estabelecidos séculos atrás. A formação de núcleos de pequenos proprietários rurais negros se deu a partir do declínio da mineração no local, havendo ocupação de terras que foram abandonadas por antigos colonizadores brancos.

Nos últimos anos, a principal atividade econômica do Quilombo de São Pedro, que está localizado em meio à Mata Atlântica, é a bananicultura. Os produtos comercializados mais rentáveis são a pupunha e o maracujá azedo. Na comunidade, o artesanato geralmente é realizado por homens, a partir de recursos da floresta: cipós (imbé e timbopeva), madeiras, taquara e sementes, cuja coleta também é uma atividade masculina.

Os próximos passos a partir do reconhecimento do território pelo Incra são a regularização fundiária - desapropriação da área reconhecida e retirada de moradores não-quilombolas – e a titulação do quilombo em nome da associação local.

Alckmin e líder sem-terra trocam elogios. Fernando Taquari - Valor Econômico, Política. 15/01/2016.

Em clima de cordialidade, o governador paulista, Geraldo Alckmin (PSDB), reuniu ontem, no Palácio dos Bandeirantes, representantes de movimentos sociais, como o MST, para sancionar o projeto de lei que permite a transmissão de terras a herdeiros de assentamentos rurais. Marcado pela troca de afagos entre o tucano e representantes dos sem terra, o evento ainda provocou uma saia justa ao governo Dilma Rousseff, tradicional aliado dos movimentos sociais, quando Gilmar Mauro, líder do MST, cobrou da presidente uma lei nacional semelhante à aprovada pela gestão de Alckmin.

"O projeto tem um efeito simbólico. Esperamos que em nível nacional se aprove uma lei como esta que está sendo aprovada aqui em São Paulo", disse Mauro, sob aplausos de representantes de movimentos sociais que acompanhavam a cerimônia na sede do

governo paulista. Aprovada no fim do ano passada, a proposta revela a estratégia de Alckmin em estreitar os laços com esses grupos que são historicamente ligados ao PT, mas que hoje criticam Dilma e o governo federal pela falta de diálogo e pelas medidas de ajuste fiscal. "Quando a gente ouve mais, erra menos. É importante estar aberto ao diálogo", afirmou o governador ao comentar a relação com os movimentos sociais.

A aproximação remonta a maio de 2014, quando o tucano reuniu secretários e líderes de movimentos sociais para estabelecer uma pauta conjunta. Desde então, Mauro tem se reunido mensalmente com o secretário da Casa Civil, Edson Aparecido, para tratar do assentamento de trabalhadores rurais. No discurso, o líder sem terra fez questão de elogiar o papel de Alckmin na aprovação da lei, que beneficiará quase sete mil famílias atendidas por políticas agrárias no Estado. "É muito importante essa abertura de diálogo. Talvez, essa seja uma das poucas experiências em que um governador chama 27 secretários para se sentar na mesa com um movimento social", afirmou Mauro.

"Acredito que esta lei vai beneficiar muito mais pessoas porque a gente vai assentar muito mais família no Estado, não é governador", acrescentou o líder sem terra, que também aproveitou o canal aberto com o tucano para ressaltar que o MST apresentará novas demandas. Como exemplo, citou a necessidade de uma lei específica para educação no campo. "Espero que nós, cada vez mais, tenhamos por parte do governo do Estado essa sensibilidade para avançarmos concretamente na resolução de problemas graves", declarou. Em sua fala, Alckmin disse que a reforma agrária é uma atribuição do governo federal, mas reiterou o compromisso do Estado com novos assentamentos.

O governador e o líder sem terra, no entanto, negaram que aproximação do governo com o MST tenha objetivos eleitorais. "O assentado não tem partido. Ele quer é trabalhar. Não tem essa relação de natureza eleitoral. É nosso dever cuidar da agricultura familiar", argumentou Alckmin. Já Mauro alegou que a relação é política, e não de parceria, e que o movimento adota uma postura pragmática para atender às reivindicações dos sem terra. "Estamos abertos a conversar com todos os governos. Precisamos desse espaço de negociação. Afinal de contas, representamos uma categoria. Uma organização que não responde às necessidades de sua categoria não tem sentido de ser", justificou.

MST invade fazenda de político no extremo oeste paulista. José Maria Tomazela – Site O Estado de São Paulo. 16/01/2016

Invasão acontece apenas um dia após o líder do Movimento posar para fotos com o governador Geraldo Alckmin

SOROCABA – Cerca de 200 integrantes do Movimento dos Sem-Terra (MST) invadiram a Fazenda Nazaré, em Marabá Paulista, no Pontal do Paranapanema, extremo oeste do Estado de São Paulo, nesta sexta-feira. A ação ocorreu um dia depois que Gilmar Mauro, uma das principais lideranças do movimento, participou de reunião com o governador Geraldo Alckmin (PSDB), na qual foi sancionada lei que beneficia os assentamentos paulistas. Na ocasião, o líder do MST posou para fotos com Alckmin, considerou a lei "a melhor do Brasil" e disse esperar que o governo da presidente Dilma Rousseff (PT) se inspire na lei paulista.

A ocupação da fazenda, que pertence à família do ex-prefeito de Presidente Prudente, Agripino de Lima, foi confirmada pela Polícia Militar. Os sem-terra montaram acampamento na propriedade. De acordo com o dirigente regional José Aparecido Maia, o objetivo é pressionar o governo para acelerar o processo de desapropriação da área. Segundo ele, famílias estão acampadas nos arredores há oito anos, tempo em que se arrasta o processo. De acordo com a Polícia Civil, advogados da família registraram a invasão e devem entrar com pedido de reintegração de posse.

A fazenda foi julgada terra devoluta pela Justiça e faz parte do convênio para reversão de terras públicas firmado em 2014 entre o governo federal, através do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), e a Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo (Itesp), órgão estadual. As partes discutem um acordo pelo qual a União indenizaria as benfeitorias, destinando a terra para assentamento, mas o processo ainda não foi finalizado. A reportagem não conseguiu, neste sábado, contato com o Incra e a Fundação Itesp.

Itesp diz que fazenda invadida está sendo desapropriada

A Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo (Itesp) confirmou que a Fazenda Nazaré, invadida na sexta-feira por integrantes do Movimento dos Sem-Terra (MST) está em processo de desapropriação para ser destinada à reforma agrária. De acordo com o órgão, em fevereiro de 2014, os governos estadual e federal assinaram um convênio

para arrecadar áreas, por meio de acordos, para a implantação de assentamentos no Pontal do Paranapanema. "No entanto, para que as áreas sejam arrecadadas, os possuidores dos imóveis devem manifestar interesse na realização dos acordos", informou.

De acordo com o Itesp, a Fazenda Nazaré foi julgada devoluta pela Justiça e aguarda-se homologação da perícia judicial para o registro da área em nome do Estado de São Paulo, para posterior propositura de ação pela Procuradoria Geral do Estado (PGE), objetivando a arrecadação do imóvel. "A Fundação Itesp acompanha a atuação dos movimentos sociais e se mantém aberta ao diálogo", conclui a nota.

2016: violência em Rondônia resulta em mais mortes de militantes sociais –
Comissão Pastoral da Terra. 18/01/2016

Nilce de Souza Magalhães, 58 anos, mais conhecida como Nicinha, estava desaparecida desde o dia 7 de janeiro. Já na última sexta-feira (15), após prisão de um suspeito, veio a notícia do seu assassinato. Ela era militante do MAB, pescadora, liderança e atingida pela Hidrelétrica de Jirau. Confira a Nota da Comissão Pastoral da Terra (CPT) em Rondônia:

É com pesar que informamos que a militante do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) em Rondônia, Nilce de Souza, desaparecida desde o dia 7 de janeiro, foi assassinada com três tiros e seu corpo ainda não foi encontrado.

A polícia civil de Rondônia prendeu na sexta-feira (15) um jovem que teria confessado o crime e dito, inicialmente, que enterrara o corpo de Nilce após mata-la. Entretanto, a polícia nada encontrou no local indicado por ele. Após essa versão, ele teria dito que havia jogado o corpo da vítima no rio. Bombeiros ainda buscam pelo corpo de Nicinha no distrito de Nova Mutum-Paraná (RO).

Nicinha era conhecida na região pela luta no MAB em defesa das populações atingidas, denunciando as violações de direitos humanos cometidas pelo consórcio responsável pela Usina de Jirau, Energia Sustentável do Brasil (ESBR). Filha de seringueiros que vieram da cidade de Xapuri, no estado do Acre, para Abunã, em Rondônia, Nilce vivia na região há mais de cinquenta anos, até ser atingida pelo empreendimento. Nos

primeiros anos da obra, a pesca começou a ser seriamente comprometida, tornando a vida dos pescadores extremamente difícil.

No ano de 2014 sua comunidade também foi atingida por uma grande cheia, potencializada pelo reservatório da hidrelétrica, que alagou as casas das famílias ribeirinhas, destruindo plantações, materiais de trabalhos, entre outros pertences.

Os diversos danos causados pelas hidrelétricas obrigaram Nicinha a se deslocar para “Velha Mutum”, junto a outros pescadores para tentar continuar a sobreviver do agroextrativismo. O local à beira do rio Madeira e da BR-364, que é o mesmo onde estava a comunidade de Mutum Paraná, que foi completamente removida para o preenchimento do reservatório da hidrelétrica de Jirau, é considerado propriedade privada e os ribeirinhos são tratados como invasores no seu território.

Nilce havia realizado diversas denúncias ao longo desses anos, participando de audiências e manifestações públicas, em que apontou os graves impactos gerados à atividade pesqueira no rio Madeira. As denúncias geraram dois inquéritos civis públicos que estão sendo realizados pelo Ministério Público Federal e pelo Ministério Público do Estado de Rondônia sobre a não realização do Programa de Apoio à Atividade Pesqueira e outro de caráter criminal, em função de manipulações de dados em relatórios de monitoramento da atividade pesqueira com o objetivo de não revelar tais impactos.

A CPT de Rondônia se solidariza com os familiares, amigos, companheiros e companheiras de militância de Nicinha, e exige dos órgãos competentes que a sua morte seja apurada e que medidas sejam tomadas para que novas mortes não aconteçam no estado. Dados parciais da Pastoral da Terra, divulgados recentemente, mostram que em 2015, de um total de 49 assassinatos em conflitos no campo, 21 se deram em Rondônia. São necessárias medidas urgentes para frear a violência no campo no estado e mudanças estruturais que garantam os direitos dos povos do campo para produzir e viver de forma digna e segura.

Incrá reconhece território da comunidade quilombola Mangueiras (MG) – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. 19/01/2016

A comunidade quilombola Mangueiras, situada no município de Belo Horizonte (MG), obteve o reconhecimento de seu território. A portaria que declara 18,6 hectares como terras remanescentes de quilombos foi publicada pelo Incra no Diário Oficial da União de 14 de janeiro. Essa é mais uma fase do processo de regularização fundiária da área, no qual vivem 35 famílias.

Os procedimentos visando à titulação do território foram iniciados no Incra em janeiro de 2008, com a elaboração do Relatório Antropológico de Caracterização Histórica, Econômica e Sociocultural pelo Núcleo de Estudos de Populações Quilombolas e Tradicionais (NuQ) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), contratada pela Superintendência Regional do Incra/MG. O Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) foi publicado em março de 2009.

A próxima etapa do processo de regularização é a publicação do decreto presidencial que declara de interesse social, para fins de desapropriação, os imóveis abrangidos pelo território quilombola. Com a edição do decreto, o Incra/MG iniciará os procedimentos de desapropriação das áreas necessárias, que serão imitidas na posse da autarquia para posterior titulação em nome da comunidade.

“A regularização fundiária do território é de suma importância para garantir a continuidade e a sustentabilidade da comunidade”, afirma o superintendente do Incra em Minas Gerais, Gilson de Souza.

Histórico

Situada na região nordeste da capital mineira, no bairro Aarão Reis, no quilômetro 13,5 da rodovia estadual MG-020, a comunidade Mangueiras ocupa área limítrofe ao município de Santa Luzia, cercada pela Mata do Isidoro.

A história do quilombo remonta às últimas décadas do século XIX, com a ocupação das terras pela matriarca, Maria Bárbara de Azevedo, nascida em Santa Luzia/MG, em 1.863, filha do casal Cassiano José de Azevedo e Vicência Vieira de Lima. Maria Bárbara casou-se com José Maria do Espírito Santo, com quem teve três filhos: Cassiano, Miguel e José Maria. Ela trabalhava artesanalmente na fabricação de painéis de barro e na produção de doces e tem o nome citado, de forma recorrente, pelos integrantes da comunidade, como referência histórica pela criação do quilombo.

O território fica em uma área de preservação ambiental, com nascentes, vegetação nativa, fauna e flora. Apesar de ser considerada uma comunidade urbana, os moradores mantêm características rurais, como práticas agrícolas (especialmente o cultivo de hortaliças), criação de animais, o uso do fogão a lenha e o conhecimento de plantas medicinais.

Nos últimos anos, a comunidade de Mangueiras vem sofrendo ameaças de perda de seu território pelo crescimento da cidade e por obras de urbanização. O espaço, que até há pouco tempo era desvalorizado, tornou-se alvo de especulação após a implantação de empreendimentos imobiliários.

A formação, o modo de vida e as lutas travadas pela comunidade para se manter em seu território estão narradas em um dos livros que integram a Coleção Terras de Quilombos, resultado de parceria entre Incra, Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e UFMG para sistematizar e dar publicidade às informações contidas nos Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação, em muitos casos ignoradas pela historiografia oficial.

Truculência da Polícia Federal marca reintegração de posse na aldeia Kaí em Prado (BA) – Comissão Pastoral da Terra (CPT). 20/01/2016

Na manhã de terça-feira (19), a Aldeia Kaí, localizada no Território Pataxó Kaí-Pequi, em Prado, na Bahia, foi invadida por mais de 100 policiais federais numa operação de reintegração de posse impetrada por fazendeiros e pousadeiros.

(Oximity – notícia replicada da Página Pataxó)

Segundo informações do local, a operação também está ocorrendo na Aldeia Pequi. Segundo a professora Maria Geovanda Batista, coordenadora da Licenciatura Intercultural Indígena - LICEEI - UNEB, a estrada está fechada e ninguém pode passar e ter acesso ao que está acontecendo. Vale lembrar que estamos em plena fase de identificação, delimitação e demarcação do Território Comexatibá, tratando-se essa operação de um descumprimento dos trâmites em âmbito jurídico e um grave atentado aos direitos humanos dos povos indígenas. Segue o relato publicado pela Pataxó Eriadxurick Braz:

“Venho comunica-los amigos parentes a barbaridade que estão fazendo com a gente aqui na aldeia Kaí, município de Prado . Nesta manhã de terça –feira, 11 carros de polícia chegaram na aldeia sem que ninguém esperasse, com tratores derrubando tudo, não tiveram nem a educação de pedir para o pessoal retirar seus bens. É uma barbaridade, crianças chorando vendo tudo aquilo acontecer, mães sem poder fazer nada”.

Há informações recentes de que as estradas de acesso às Aldeias foram bloqueadas, as pessoas se encontram isoladas, e suas casas estão sendo destruídas sem nem ao menos terem tempo de retirar sua mobília. Também foi informado que o cumprimento do mandado de reintegração de posse é para todas as aldeias, ou seja, as cinco aldeias do referido Território serão destruídas. Cabe ressaltar que o Ministério Público já se posicionou contra esta reintegração de posse, uma vez que é arbitrária e desconsidera o recente reconhecimento da região como território indígena mediante laudo antropológico da Funai.

Movimentos denunciam ataques a indígenas no Mato Grosso do Sul – Comissão Pastoral da Terra. 21/01/2016

Ataques às comunidades intensificaram após a suspensão da reintegração de posse do Território Tey'i Jusu, dos Guarani Kaiowá. Confira:

(Fonte: Da Página do MST)

Na última terça-feira (19), movimentos sociais lançaram uma nota denunciando ataques sofridos pelas comunidades Guarani e Kaiowá durante retomada do Território Tey'i Jusu no Mato Grosso do Sul.

A iniciativa ocorreu após uma visita de integrantes de movimentos sociais, estudantes e professores ao Território ancestral Tey'i Jusu que, desde dezembro de 2014, vem sendo judicialmente retomada para os indígenas.

Os movimentos denunciam que os ataques às comunidades tem sido recorrente, e se intensificaram após a suspensão da reintegração de posse do território para os fazendeiros.

“Desde outubro de 2015, a comunidade vem sofrendo ataques químicos dos fazendeiros sobre a área da retomada por avião e por meio do "formigão" (grande maquinário terrestre), que também derrubou casas do Tekoha. Ataques esses que se intensificaram no mês de dezembro, prévio à decisão judicial de suspensão de segurança”, afirma trecho da nota.

Confira abaixo.

Novo ataque contra terra retomada de Tey'i Jusu, comunidade Guarani e Kaiowá

Hoje, 19 de janeiro de 2016, pelo menos seis veículos pertencentes aos fazendeiros da região de Caarapó bloquearam a estrada de acesso à retomada Tey'i Jusu. Cortaram a comunicação entre a retomada e a reserva indígena Tey'i Kue, único caminho de acesso para o resto do município.

O fato aconteceu após uma atividade, de 16 a 18 de janeiro, em que os Guarani e Kaiowá de Tey'i Jusu receberam a visita de movimentos sociais, estudantes e professores da UFGD (Universidade Federal de Grande Dourados) e da UNESP (Universidade Estadual Paulista), Campus de Araraquara-SP.

Na casa de reza da comunidade, houve uma celebração pela suspensão de segurança da reintegração de posse. A retomada de Tey'i Jusu do seu território ancestral começou em dezembro de 2014 e essa suspensão é sentida pela comunidade Guarani - Kaiowá como um avanço e pelos fazendeiros da região como uma derrota judicial. Houve também uma caminhada com os visitantes pelo Tekoha (território, "lugar onde se é") antigo e aulas públicas com a comunidade.

Ontem, por volta das 16h, uma caminhonete azul marinho passou e se deteve para os seus ocupantes tirarem fotos dos membros da comunidade e seus visitantes.

É preocupante que isto aconteça após a saída dos visitantes, se tratando do descumprimento das decisões da justiça que barrou a reintegração. Ainda agravado pelo histórico da retomada da terra, que conta com um assassinato no dia 8 de dezembro de 2014 e o desaparecimento do corpo da jovem Júlia, após um ataque a bala sofrido pela comunidade por pistoleiros de tocaia na trilha que une a sede da fazenda mais próxima com o Tekoha.

Antes e depois desse dia houve vários ataques de matadores profissionais. A comunidade em massa, apesar de desarmada, conseguiu, corajosamente, reter quatro

desses homens que, armados com bombas de gás, fuzis e pistolas, circularam ameaçadoramente, às 10h e os retiveram até a chegada, às 15h, da Polícia Federal, que nada fez além de, devolver as armas para esses homens, que voltaram com elas para a sede da fazenda.

Desde outubro de 2015, a comunidade vem sofrendo ataques químicos dos fazendeiros sobre a área da retomada por avião e por meio do "formigão" (grande maquinário terrestre), que também derrubou casas do Tekoha. Ataques esses que se intensificaram no mês de dezembro, prévio à decisão judicial de suspensão de segurança. Esses episódios e os relatados no parágrafo anterior estão documentados e na mão do Ministério Público.

Rondas constantes e tentativas de sequestro vêm sendo realizadas pelos empregados dos fazendeiros da região. Há registros fílmicos das denúncias desses episódios.

Na região de Caarapó, é evidente a presença da soja e da cana de açúcar moída pela usina da Raízen (empresa transnacional-fusão da Cosan com a Shell), destino da produção das fazendas locais.

Isto acontece no contexto da paralisação das demarcações das terras indígenas pelo governo federal, a lentidão dos processos em mãos do poder judiciário e a redução do orçamento da FUNAI (Fundação Nacional do Índio). Ao mesmo tempo, há, na região do sul de Mato Grosso do Sul, um avanço da fronteira da cana de açúcar, da soja, da pecuária bovina e do eucalipto.

BASTA DE AGRESSÕES DO ESTADO E DOS LATIFUNDIÁRIOS CONTRA OS POVOS INDÍGENAS!

TERRITÓRIO, JUSTIÇA, E LIBERDADE.

CEIMAM - Centro de Estudos Indígenas Miguel Ángel Menéndez

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

Coletivo de Agroecologia Resistência Tekoha

Organização Canudos

Após anulação de sentença, demarcação da Terra Indígena Maró pode prosseguir

– Comissão Pastoral da Terra. 22/01/2016

Em sessão, o Tribunal Regional Federal da 1ª Região em Brasília anulou a controversa sentença do juiz Airton Portela, de Santarém, no Pará, que declarava inexistentes os povos indígenas Borari e Arapim.

Reunida em sessão no dia 20 de janeiro a 5ª Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região anulou a controversa sentença do juiz Airton Portela, de Santarém, que em 2014 declarou duas etnias indígenas como inexistentes. A turma, por unanimidade, deu ganho ao recurso do Ministério Público Federal e extinguiu, sem examinar o mérito, ação judicial que contestava a existência dos índios Borari e Arapim. Com a decisão a demarcação da Terra Indígena Maró poderá prosseguir normalmente.

A ação contra os Borari e Arapim foi iniciada por associações comunitárias, mas ficou provado durante o processo que as terras de todas as associações ficam fora da demarcação. A sentença de Portela ignorou o fato de que as próprias associações pediram desistência da ação judicial e foi publicada algumas semanas depois de uma operação de fiscalização realizada pelo MPF/PA, Fundação Nacional do Índio (Funai) e Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), que embargou todas as permissões para exploração madeireira que incidiam sobre a terra indígena.

Há vários relatórios que comprovam a presença e o interesse de madeireiros na Terra Indígena, inclusive oferecendo máquinas e combustível para lideranças comunitárias em troca de apoio no processo contra os Borari e os Arapim. Durante os trabalhos de demarcação, a equipe da Funai chegou até a ser ameaçada de morte. A sentença anulada negava o reconhecimento da identidade étnica das comunidades que vivem na região do Arapiuns, em Santarém, com base em impropriedades científicas e distorção dos métodos antropológicos. Contra ela, o MPF apresentou pareceres e notas técnicas assinadas por antropólogos reconhecidos.

Além de extinguir o processo das associações, o TRF1 mandou de volta para a primeira instância, na Justiça Federal de Santarém, o outro processo que trata da terra indígena Maró, movido pelo MPF, para pedir agilidade no procedimento demarcatório. Nesse processo, a Funai é ré pela demora em publicar o Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação (RCID), que aponta os limites do território dos Borari e Arapim. Mesmo com o reinício do processo, não há agora nenhum obstáculo legal para que a própria Funai dê prosseguimento à demarcação.

Dois líderes de acampamento são mortos em Jaru, Rondônia – Site da Comissão Pastoral da Terra. 25/01/2016

No último sábado (23), por volta das 17h40, os trabalhadores rurais Enilson Ribeiro dos Santos e Valdiro Chagas de Moura foram perseguidos por uma moto durante um longo trecho no município de Jaru, em Rondônia. A perseguição ocorreu entre o trevo da Avenida Dom Pedro I até o quilômetro 1,5 da Linha 605 – local onde os pistoleiros mataram os dois camponeses.

(Com informações da LCP)

“Os companheiros eram lideranças do Acampamento Paulo Justino. Enilson tinha 27 anos de idade e deixou uma filha e a esposa grávida de sete meses. Valdiro também deixou esposa e uma filha”, explicou, em Nota divulgada ontem (24), a Liga dos Camponeses Pobres de Rondônia e Amazônia Ocidental (LCP). A organização denuncia, no documento, que o mandante do crime seria um latifundiário da região. “Enilson vinha sofrendo ameaças indiretas já havia algum tempo”, afirma a Liga.

“Esse crime clama por justiça e as mortes dos camponeses Enilson e Valdiro não podem ficar impunes”, ressalta a organização camponesa.

Confira, abaixo, um breve histórico sobre a situação conflituosa na região, segundo informações da LCP:

4 de novembro de 2015: camponeses do Acampamento Paulo Justino foram covardemente agredidos e despejados por oito pistoleiros fortemente armados.

Novembro de 2015: pistoleiros invadem e roubam casas no Assentamento Terra Prometida, próximo ao Acampamento Paulo Justino, e abordaram pessoas que passavam nas estradas. Além disso, ameaçaram quem não informasse onde os camponeses estavam acampados. Roubaram R\$ 200 de um morador do local que vende picolé nas casas.

Novembro de 2015: um morador do Assentamento Terra Prometida esteve na delegacia do município de Ariquemes para denunciar os crimes citados acima, porém ouviu do delegado que a polícia estava atuando na área. Mas até agora nenhum pistoleiro foi preso.

23 de novembro de 2015: dois pistoleiros atiraram contra dois acampados quando passavam de moto na estrada C 60, indo para o Acampamento.

Novembro de 2015: pistoleiros agrediram brutalmente um funcionário de um fazendeiro vizinho da fazenda Santo Antônio, quando ele trabalhava na divisa. Ele foi socorrido de carro e transportado para Porto Velho, em estado grave. Os camponeses suspeitam que os pistoleiros cometeram este crime porque pensaram tratar-se de um acampado.

Novembro de 2015: camponeses denunciaram que o pretense proprietário da fazenda Santo Antônio disse várias vezes, para diversas pessoas, que não vai perder a fazenda porque tem 36 homens trabalhando para ele lá, e que buscaria mais homens se algo acontecesse com eles. Camponeses denunciam ainda que o fazendeiro manda recados e ameaças aos líderes.

Nota Pública sobre o despejo de 400 famílias de trabalhadores/as rurais, em Ourilândia do Norte, Pará – Site da Comissão Pastoral da Terra (CPT). 25/01/2016

Há 10 anos residindo na área, 400 famílias foram despejadas e tiveram suas casas e plantações destruídas. “Estamos sendo jogados na lama como cachorros”, denunciaram. Confira a Nota:

A Polícia Militar do Estado do Pará realizou na última semana, 18 a 21 de Janeiro, o cumprimento de liminar de reintegração de posse na Fazenda 1.200, localizada no município de Ourilândia do Norte, Pará. O imóvel em questão é formado por uma parte de terra particular, com título de propriedade supostamente válido expedido pelo GETAT e uma parte de terra pública, pertencentes ao Projeto de Assentamento Luciana, criado pelo INCRA em 1998, ilegalmente concentrados nas mãos do Fazendeiro Eutímio Lippaus.

As 400 famílias, que há 10 anos residiam nessa área, foram expulsas da terra, presenciando a destruição de suas casas e plantações. “Estamos sendo jogados na lama como cachorros”, é o grito dos trabalhadores/as rurais obrigados a retornar aos barracos de palha e lona, temporariamente cedido pela Associação do PA Maria Preta, onde poderão permanecer pelo prazo de 10 dias, a partir de então, a maioria delas não tem para onde ir.

A decisão que determinou o despejo foi proferida pela Juíza Substituta da Vara Agrária de Redenção, Dra. Adriana Divino da Costa Tristão. Lamentavelmente, os recentes Juízes Substitutos em atuação na Vara Agrária de Redenção, continuam proferindo decisões que possibilitam a reintegração de posse em terras públicas federais pertencentes ao INCRA, contrariando não só a Constituição Federal, mas também o entendimento jurisprudencial sedimentado no âmbito das Varas Agrárias e Tribunais Superiores, que não reconhece a particulares o direito de posse sobre terra pública.

A morosidade e as ações desastrosas adotadas pelo INCRA foram as principais causas do despejo. A própria Juíza cita em sua decisão que a Autarquia Federal não mantém uma definição certa acerca da forma de arrecadação e interesse que mantém sobre a Fazenda 1.200, pois em determinado momento diz ser viável a implantação de assentamento, noutra afirma que o imóvel não poderá ser desapropriado; ora afirma não ter interesse, outrora afirma ter, acarretando uma indefinição de decisões e declarações de incompetência.

Outro elemento a apontar o desleixo na atuação do INCRA é a sua incapacidade de demonstrar a localização dos lotes de terra pública, dos quais se apropriou o Fazendeiro. Além de demorar aproximadamente 8 anos para protocolizar a ação de retomada referente à parte pública do imóvel, os documentos apresentados, sobretudo os mapas da área objeto da ação, não são suficientemente claros. Segundo entendimento do Juiz Federal em Redenção, tal incerteza impossibilitou a concessão de decisão liminar favorável à Autarquia. A ação iniciada em 2014 foi encaminhada à instrução e aguarda-se decisão final.

Como resultado da questionável atuação do INCRA e da Vara Agrária de Redenção, 400 famílias de trabalhadores/as rurais amargam a perda de suas casas e benfeitorias edificadas ao longo de uma década. As famílias despejadas, a FETAGRI e a CPT continuarão exigindo do INCRA que adote medidas concretas e urgentes para a retomada da terra pública de sua propriedade, apropriada ilegalmente pela Fazenda 1.200, destinando-a ao assentamento dos trabalhadores/as rurais conforme determina a Constituição Federal.

Líder sem-terra do MLST é sepultado em Porto Calvo, Alagoas – Site da Comissão Pastoral da Terra (CPT). 25/01/2016

O presidente do Assentamento Irmã Daniela, Edmilson Alves da Silva, 35 anos, foi sepultado, na manhã do último sábado (23), no Cemitério Santa Luzia, em Porto Calvo, região Norte de Alagoas. O líder regional do Movimento de Libertação dos Sem-Terra (MLST) foi assassinado a tiros no início da manhã de sexta-feira (22), à margem da AL-465, em Japaratinga.

(Fonte: GazetaWeb)

O velório e o sepultamento reuniram lideranças do Movimento ligadas às direções estadual e nacional, trabalhadores rurais, além da superintendente regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) em Alagoas, Lenilda Lima.

Ela cobrou rigor na apuração do crime e revelou que a comunidade do Assentamento Irmã Daniela vive um clima de “intranquilidade” depois da morte de sua principal liderança.

“É preciso uma resposta rápida das autoridades policiais para a elucidação desse crime que, ao que tudo indica, envolve questões agrárias, a disputa por terra, algo forte em Alagoas. Precisamos devolver a tranquilidade aquelas famílias”, afirmou Lenilda.

A superintendente disse que cobrou providências ao Gabinete Civil e ao Centro de Gerenciamento de Crise, Direitos Humanos e Polícia Comunitária (CGCDHPC). Ela lamentou a morte de Edmilson, a que chamou de líder sem-terra atuante.

“Infelizmente, depois de tanta luta, ele não pôde, junto com seus companheiros, desfrutar da terra que tanto sonhou”, lamentou Lenilda, lembrando que a Superintendência Regional do Incra em Alagoas prestou apoio à família do líder sem-terra para a liberação do corpo junto ao Instituto Médico Legal (IML) de Maceió.

O velório de Edmilson aconteceu na sede do Assentamento Irmã Daniela, em Japaratinga. O corpo chegou àquele núcleo da reforma agrária por volta das 22 horas de sexta-feira (22), após ser liberado pelo IML.

Por volta das 11 horas, o cortejo seguiu pela AL-465 até Porto Calvo, onde Edmilson foi sepultado, no Cemitério Santa Luzia, sob forte comoção. A família dele reside neste município.

O crime

Edmilson foi surpreendido e morto à margem da AL-465, enquanto aguardava a chegada de um carro que o levaria à sede da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), em Maceió. O presidente do Assentamento receberia cestas básicas que seriam distribuídas aos assentados e acampados da região.

Dois homens em uma moto se aproximaram e abriram fogo contra o líder sem-terra. Ferido, ele buscou refúgio dentro da sede do Assentamento, que ainda está em fase de instalação. Edmilson tombou ao lado de um barraco de lona, morto com tiros na cabeça.

Os criminosos fugiram levando uma bolsa com todos os documentos da vítima. Edmilson morava com a esposa, Célia Amâncio dos Santos, 33, num barraco instalado na sede do Assentamento. As casas de alvenaria ainda não foram construídas. Ele era pai de cinco filhos.

A imissão de posse do Assentamento Irmã Daniela, que se estende por terras localizadas entre Japaratinga e Porto Calvo, saiu em agosto de 2014, depois de 14 anos de resistência e luta das 31 famílias assentadas, que resultaram em ameaças de morte e três incêndios criminosos. Edmilson liderava a comunidade.

“Se ele recebia ameaças de morte, não falava em casa. Mas não tenho dúvidas de que foi por causa disso (conflitos agrários) que ele morreu”, disse a esposa. O coordenador estadual do MLST em Alagoas e integrante da direção nacional do Movimento, Josival Oliveira, lamentou a morte do líder sem-terra e também cobrou do Gabinete Civil do governo do Estado e da Secretaria de Defesa Social (SDS) rigor na apuração do crime.

“O Edmilson era um companheiro muito ativo e conectado à direção estadual do MLST; sempre estava conosco nas reuniões e discussões do Movimento, mas nunca nos falou abertamente sobre ameaças de morte. Isso está muito esquisito”, avaliou “Val”, como é conhecido.

Inquérito

O inquérito foi instaurado pelo delegado de Maragogi e Japaratinga, Ayrton Soares Prazeres. O delegado plantonista, Carlos Umberto, esteve no Assentamento e iniciou as investigações. O diretor do Departamento de Polícia Judiciária da Área 3 (DPJA-3), delegado Carlos Alberto Reis, também esteve em Maragogi e Japaratinga, ofertando apoio às diligências policiais.

Além do envolvimento do líder sem-terra com os conflitos agrários na região Norte, a Polícia Civil vai investigar também a atuação de Edmilson na cobrança pela elucidação do caso que envolve a sobrinha dele, Jéssica Maria da Silva.

Ela tinha 21 anos de idade quando desapareceu no dia 29 de outubro de 2012. Jamais foi encontrada. O ex-marido dela, o pastor evangélico José Vicente de Santana, e o suposto amante da mulher, José Gonçalves do Nascimento, o “Duda”, pivô da separação do casal, chegaram a ser apontados como autores do crime.

Acredita-se que ela tenha sido morta e o corpo, ocultado. Edmilson se engajou nas buscas por informações que levassem ao paradeiro da sobrinha e passou a cobrar com veemência a apuração do caso e a prisão dos envolvidos

Cimi protocola denúncias contra ataques químicos em Tey'i Juçu e intimidações aos Kanela do Araguaia - Site da Comissão Pastoral da Terra. 26/01/2015

Na semana passada, o Conselho Indigenista Missionário (Cimi) realizou, por meio de sua assessoria jurídica, denúncias em diversos órgãos federais a respeito de ataques químicos contra o povo Guarani e Kaiowá da Terra Indígena (TI) Tey'i Juçu, no Mato Grosso do Sul (MS), e de intimidações e ameaças contra o povo Kanela do Araguaia, no Mato Grosso (MT).

As denúncias foram protocoladas a pedido das comunidades indígenas e dirigidas ao Presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), João Pedro Gonçalves da Costa, à Subprocuradora-Geral da República e coordenadora da Sexta Câmara do Ministério Público Federal (MPF), Deborah Duprat, ao Ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, e à Corregedoria Geral da Polícia Federal.

No caso do povo Kanela do Araguaia, o ofício enviado às autoridades solicita urgência no procedimento de demarcação da Terra Indígena Pukañu, no município de Luciara (MT). Em ata enviada ao Cimi pela Associação da Comunidade Indígena Kanela do Araguaia Núcleo de Canabrava do Norte – MT (Acikan), os indígenas denunciam a ocorrência de ameaças de morte, perseguição a lideranças e tentativas de intimidação.

Em julho de 2015, um mês após realizarem a retomada de uma área tradicional reivindicada sobre a qual estão sobrepostas fazendas, [cerca de 120 indígenas do povo](#)

[Kanela do Araguaia foram despejados por uma reintegração de posse ilegal e que sequer era direcionada a eles](#) – na ocasião, o juiz estadual que determinou a reintegração de posse afirmou não saber que se tratava de comunidade indígena, situação sobre a qual apenas a Justiça Federal tem competência para decidir. Os indígenas, expulsos pela Polícia Militar, foram levados para fora da retomada em um caminhão de transporte de gado.

Desde então, os Kanela do Araguaia, que foram despejados, estão acampados no quintal de uma anciã, no município de Canabrava do Norte (MT).

Segundo o relato da Acikan, em dezembro, pistoleiros contratados pelos donos das fazendas Londrina e Lago Bonito – esta última, local da retomada da TI Pukañu – invadiram o acampamento indígena procurando pelas lideranças e realizaram ameaças de morte aos indígenas.

“Estamos confinados em um acampamento [...] em situação de vulnerabilidade social e correndo risco de vida, uma vez que estamos constantemente sofrendo ameaças”, afirma o documento da Acikan. “Todos nós estamos apreensivos e decidimos em reunião que só teremos o mínimo de segurança dentro da nossa aldeia de onde fomos despejados em 07 de Julho de 2015”.

No caso do tekoha – lugar onde se é – Tey’i Juçu, as famílias Guarani e Kaiowá que vivem no território denunciam os ataques químicos realizados contra a comunidade ao longo de 2015, e que se intensificaram entre dezembro de 2015 e janeiro de 2016.

Os ataques têm sido realizados com aviões, que despejam agrotóxicos sobre a comunidade e as nascentes de onde os indígenas coletam água para beber. E, junho de 2015, três ataques com veneno já haviam sido notificados pela comunidade que resiste em Tey’i Juçu.

Entre os dias 20 de dezembro de 2015 e 12 de janeiro de 2016, pelo menos outros quatro ataques são denunciados pelos Guarani e Kaiowá, sendo que em diversas ocasiões os ataques com veneno são acompanhados pela presença de pistoleiro e outras formas de violência contra os indígenas. Segundo as famílias da tekohá, muitas crianças têm passado mal e adultos e idosos têm apresentado sintomas de intoxicação.

Atualmente, 25 famílias (entre várias outras que transitam pela área) resistem na tekoha Tey’i Juçu, terra indígena reconhecida pela Funai e cujo estudo para demarcação iniciou

em 2008. O Relatório de Identificação e Delimitação (RCID) com os resultados deste estudo, depois de sete anos, já está em condições de publicação e depende apenas da ação da Funai, que tem agido com morosidade e negligência.

Em dezembro de 2014, cansados de esperar pelo andamento do processo de demarcação e preocupados com a destruição cada vez mais rápida das matas e recursos naturais de seu território tradicional, em função da monocultura de cana-de-açúcar e soja praticada em fazendas sobrepostas à área, cerca de 100 famílias Guarani e Kaiowá retomaram 70 hectares de seu território tradicional, sobre o qual estão sobrepostas diversas fazendas.

No dia 8 daquele mês, um brutal ataque feito por pistoleiros resultou na morte da jovem indígena Julia Venezuela, de 17 anos, cujo corpo baleado foi levado pelos pistoleiros em uma caminhonete e nunca mais foi encontrado.

Em 15 de janeiro de 2016, o Supremo Tribunal Federal (STF) suspendeu uma decisão de [reintegração de posse movida por fazendeiros contra os Guarani e Kaiowá de Tey'i Juçu](#) e determinada para acontecer dali a cinco dias. Em represália, fazendeiros e jagunços bloquearam a estrada que liga Tey'i Juçu à reserva Tey Kue, onde vivem cerca de 7000 Guarani e Kaiowá.

Incrá/TO disponibiliza consulta de extratos de avaliações de imóveis rurais em território quilombola – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. 28/01/2016

A Superintendência Regional do Tocantins disponibiliza para consulta novos extratos simplificados de laudos de vistoria e avaliação de imóveis rurais inseridos no território da comunidade quilombola Grotão, em Filadélfia.

A publicação dos extratos na página institucional da regional na internet atende ao disposto no artigo 6º da Norma de Execução Conjunta DT/DFN/Incrá nº 03, de 21 de junho de 2010, e ainda em cumprimento aos princípios da publicidade e economicidade no serviço público.

Os interessados podem consultar os processos administrativos na sede regional do Instituto, em Palmas, localizada na quadra 302 Norte, Alameda 01, Lote 1A. Mais informações pelo telefone (63) 3219-5282

**Secretária executiva do MDA inaugura casas e entrega benefícios a famílias assentadas no RN – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.
28/01/2016**

A secretária executiva do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Maria Fernanda Ramos Coelho, esteve no Rio Grande do Norte, nesta terça-feira (26), onde inaugurou as primeiras casas construídas pelo Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV) Rural no assentamento Dom Pedro II, localizado no município de Boa Saúde, região do Agreste Potiguar. A ministra interina também anunciou investimentos na reforma de 196 casas em outros dois assentamentos no estado que, somados às obras de reforma e aos cartões do Crédito Instalação (Apoio Inicial I) entregues no assentamento, totalizam R\$ 4,48 milhões.

Pela manhã, antes da visita ao assentamento, Maria Fernanda participou da abertura do intercâmbio internacional da Reunião Especializada Sobre Agricultura Familiar do Mercosul (Reaf), em Mossoró, no Oeste potiguar.

A cerimônia de abertura do intercâmbio aconteceu no auditório da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (Proec) da Universidade Federal Rural do Semiárido (Ufersa) e contou com a participação de representantes de diversos órgãos do Governo Federal e de organizações da agricultura familiar de sete países do Mercado Comum do Sul (Mercosul) que, até o próximo sábado (30), estarão na região para conhecer e trocar experiências de acesso às políticas públicas para mulheres da zona rural. A região de Mossoró foi escolhida pelas diversificadas e positivas experiências de inclusão social.

O intercâmbio faz parte do II Programa de Fortalecimento de Políticas Públicas de Gênero para a Agricultura Familiar, Campesina e Indígena para América Latina e Caribe e conta com o apoio da Diretoria de Política para as Mulheres Rurais e Quilombolas (DPMRQ) do MDA.

Moradias dignas

Na tarde da terça-feira (26), Maria Fernanda fez a entrega simbólica de 36 unidades do Programa Habitacional Rural (PHR) do PMCMV a famílias do assentamento. As casas entregues, com dois quartos, sala, banheiro e cozinha, medem 44 metros quadrados. Cada família foi beneficiada com o crédito habitação no valor de R\$ 28,5 mil, totalizando um investimento de aproximadamente R\$ 1 milhão.

Também participaram da cerimônia servidores e o superintendente do Incra/RN, Vinícius Ferreira de Araújo, o delegado do MDA/RN, Caramuru Paiva, representantes de órgãos e entidades parceiras, como a Secretaria de Estado de Assuntos Fundiários e Apoio à Reforma Agrária (Seara), a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Grande do Norte (Emater/RN), a Articulação do Semiárido Potiguar (ASA Potiguar), a Federação dos Trabalhadores na Agricultura, Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado do Rio Grande do Norte (Fetarn), a Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar do Rio Grande do Norte (Fetraf/RN), o Instituto Potiguar de Desenvolvimento de Comunidades (Idec), a Associação de Proteção Animal e Meio Ambiente (Apama), o Instituto Anástasia, a Secretaria Estadual de Juventude, a Prefeitura e a Câmara Municipal de Boa Saúde, representantes de sindicatos de trabalhadores rurais e movimentos sociais rurais, além das famílias assentadas.

A visita de Maria Fernanda ao assentamento foi iniciada com um passeio por uma horta comunitária em formato de mandala construída por meio de parceria entre o projeto de Produção Agroecológica Integrada e Sustentável (Pais) e a Emater/RN na residência da família de Dilza Feliciano Gomes Nunes e de Severino Mateus Nunes Filho. Na oportunidade, foi plantada uma muda de Pau-brasil no quintal da casa.

O assentado Severino Mateus Nunes Filho, 55 anos, sabe bem o significado de receber a chave da casa própria. “Estou muito satisfeito. Morei em barraca, embaixo de lona, pegando chuva. Agora tenho casa e terra para trabalhar”, contou emocionado.

“Queria parabenizar as famílias deste assentamento por essa conquista. Todo mundo quer criar os filhos com cidadania, em uma moradia digna”, afirmou Maria Fernanda.

O presidente da Associação dos Produtores do Assentamento Dom Pedro II, Jeremias Oliveira dos Santos, falou sobre o futuro da comunidade. “Queremos que essas casas todas tenham um quintal produtivo. E o modelo agroecológico faz parte dos planos do assentamento”, afirmou o agricultor, que acaba de se graduar em Gestão de Cooperativa, juntamente com o filho Mateus, 22 anos, pelo Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera).

Cidadania

Durante a solenidade de inauguração das moradias, na casa sede do Assentamento Dom Pedro II, a ministra interina do MDA, o superintendente do Incra/RN e o delegado do MDA/RN fizeram a entrega solene de benefícios às famílias assentadas.

Foram entregues 38 cartões de Crédito Instalação (Apoio Inicial I), no valor de R\$ 2,4 mil cada um, totalizando um investimento de R\$ 91,2 mil. A quantia deverá ser investida na compra de alimentos, de materiais para benfeitorias na propriedade e de instrumentos de trabalho.

Os assentados beneficiários terão três anos de carência para começar a pagar. Após 12 meses, devem ser liberados mais R\$ 2,8 mil de Crédito Instalação (Apoio Inicial II) para a compra de bens duráveis como animais, carroças e arado.

Os casais Dilza Nunes e Severino Mateus Nunes Filho, e Raimunda da Silva e Antônio Sebastião da Silva receberam, em nome das famílias do assentamento, as chaves das casas e as cópias dos Contratos de Concessão de Uso (CCUs).

O jovem assentado e também beneficiário do Pronera Matheus Dias Oliveira e o casal Daniela Izaías da Silva e Ednilson Gonzaga da Silva receberam o Cartão Crédito Instalação, representando as famílias do Dom Pedro II.

O assentamento também já foi beneficiado com o parcelamento dos lotes e com a inclusão da área no Cadastro Ambiental Rural (CAR), que é obrigatório para todos os imóveis rurais e tem por finalidade integrar as informações ambientais referentes à situação das Áreas de Preservação Permanente, das áreas de Reserva Legal, das florestas e dos remanescentes de vegetação nativa, das Áreas de Uso Restrito e das áreas consolidadas das propriedades e posses rurais do País.

Ainda na visita ao assentamento, houve a assinatura simbólica do contrato de reforma de 196 casas, no valor de R\$ 17,2 mil cada, um investimento de R\$ 3,37 milhões. No assentamento Maisa, em Mossoró, serão reformadas 149 moradias; e no assentamento Maria da Paz, em João Câmara, outras 47 receberão melhorias. (Material atualizado às 9h26min, de 29.01.2016)

Com informações de Amanda Guerra, da Ascom/MDA.

Crédito Fomento Mulher beneficia 754 assentadas em Mato Grosso do Sul – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. 28/01/2016

A Superintendência Regional do Incra em Mato Grosso do Sul distribuiu, na segunda-feira (25), o crédito Fomento Mulher para 754 trabalhadoras rurais. Cada uma delas recebeu R\$ 3 mil e outras 2.750 mulheres poderão ser beneficiadas ainda este ano a mesma quantia - depois de finalizarem seus projetos junto à assistência técnica do órgão.

O crédito Fomento Mulher é destinado à implantação de projetos, como: quintais produtivos, produção de doces, artesanato, confecções. O objetivo é garantir à família da assentada uma alimentação saudável e um incremento da renda.

No assentamento Liberdade Camponesa, localizado no município de Corguinho (MS), o superintendente regional do Incra no estado, Humberto de Mello Pereira, presenciou a comemoração dos créditos liberados para as suas famílias. Das 50 famílias assentadas no Liberdade Camponesa, 33 receberam o Apoio Inicial I (R\$ 2.400,00 cada) e 30 mulheres receberam o Fomento Mulher. Humberto disse que o Fomento Mulher vai fortalecer o protagonismo feminino nos assentamentos, melhorando a segurança e a soberania alimentar das famílias.

A assentada Terezinha Borbueno vai investir na produção de gengibre e já tem clientes certos. O gengibre da Terezinha vai dar sabor aos sobás, yakisobas, yakimeshi e frango xadrez dos restaurantes orientais da principal feira de Campo Grande, a “Feirona”. Já Matilde Vieira Leite vai incrementar sua confecção de roupas. Mas a maioria, 20 mulheres, vai investir na produção e comercialização de frango semicaipira (que difere do confinado por ser criado solto).

Para Sebastião de Cardoso de Sá, presidente do Movimento Camponês de Luta pela Reforma Agrária (MCLRA), os recursos do Fomento Mulher e do Apoio Inicial chegaram numa ótima hora, porque as famílias estavam sofrendo as consequências das fortes chuvas dos últimos dois meses que ocasionaram a perda da colheita no assentamento.

As mulheres beneficiadas pelo Fomento Mulher deverão quitar o empréstimo ao final de um ano de 2016, com desconto de 80%, ou seja, cada uma pagará somente R\$ 600,00.

Créditos da reforma agrária

Além do Fomento Mulher, os assentados e assentadas da reforma agrária podem acessar outras três modalidades de crédito, com objetivo de apoiar o agricultor e a agricultora desde a instalação no lote até o início da produção.

Brasil resgata em 2015 mais de 1 mil pessoas em condição de escravidão. Valor Econômico, Brasil. 28/01/2016.

BRASÍLIA - O Ministério do Trabalho e Previdência Social resgatou 1.010 trabalhadores em 2015 que estavam em condições análogas à escravidão. As 140 operações feitas pelo Grupo Especial de Fiscalização Móvel e por auditores fiscais do trabalho identificaram trabalhadores nessa situação em 90 dos 257 estabelecimentos fiscalizados, segundo balanço do ministério divulgado para marcar o Dia Nacional de Combate ao Trabalho Escravo, lembrado nesta quinta-feira.

Segundo a pasta, mantendo a tendência de 2014, a maioria das vítimas de trabalho escravo no Brasil foi localizada em áreas urbanas, que concentraram 61% dos casos (607 trabalhadores em 85 ações). Nas 55 operações feitas na área rural, 403 pessoas foram identificadas.

Segundo o presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (Sinait), Carlos Silva, os resgates na área urbana aconteceram principalmente em empresas dos setores da construção civil e têxtil. “E, mais recentemente, também identificamos problemas na área marítima, com a ocorrência dessas condições indignas para o ser humano em navios cruzeiros, onde temos também trabalhadores estrangeiros”, disse.

Para Silva, o enfrentamento ao trabalho escravo ganha outros desafios, com grande influência política e econômica dos empresários. “A chegada da luta na área urbana gerou uma resposta tão forte do capitalismo, a ponto de ameaçar dois grandes instrumentos que temos”. Ele informou que está em tramitação no Congresso Nacional o Projeto de lei do Senado nº 432, de 2013, que “diminui o conceito do trabalho escravo, retirando dele todo trabalho degradante e jornada exaustiva. Isso é um grave e perigoso retrocesso”.

A lista suja com os nomes das empresas exploradoras de trabalho escravo foi outro instrumento perdido nesse combate, segundo Silva. “O presidente do STF [Supremo Tribunal Federal], à época o ministro [Ricardo] Lewandowski, alegava a inexistência de

previsão legal e constitucional para divulgação dessa lista suja, que já foi reconhecida internacionalmente pelas Nações Unidas como uma das medidas de exemplo para o mundo na luta pela erradicação do trabalho escravo”, disse.

O maior avanço nos últimos anos, de acordo com Carlos Silva, foi a promulgação da Emenda Constitucional 81, de 2014, que prevê a expropriação de imóveis nos quais for comprovada a exploração de trabalho escravo.

O dia 28 de janeiro foi instituído o Dia do Auditor Fiscal do Trabalho e Dia Nacional de Combate ao Trabalho Escravo em homenagem aos auditores Eratóstenes de Almeida Gonsalves, João Batista Soares Lage e Nelson José da Silva e ao motorista Ailton Pereira de Oliveira. Eles foram mortos em 2004, quando investigavam denúncias de trabalho escravo em fazendas na cidade mineira de Unaí, episódio conhecido como Chacina de Unaí.

Para o presidente do Sinait, o Brasil precisa transformar o crime de submeter alguém ao trabalho escravo em oneroso, “tão onerosos a ponto de não ser vantagem arriscar praticá-lo em nome de maior lucro”, disse. “As nossas multas de valor baixo e o número insuficiente de auditores fiscais do trabalho fazem com que muitos empregadores apostem na impunidade e na falta de estrutura do Estado de combater as explorações. As multas têm valores muito variáveis, não são valores altos, são valores tão tímidos que muitas empresas incluem nos seus planos o que vão gastar com multas trabalhistas”, afirmou Silva.

Segundo os dados do Ministério do Trabalho e Previdência Social, o setor de extração de minérios concentrou 31,05% dos trabalhadores resgatados no ano passado, com 313 vítimas trabalhando na extração e no britamento de pedras, extração de minério de ferro e extração de minérios de metais preciosos. O ramo da construção civil representa 18,55% do total (187 trabalhadores localizados). A agricultura e a pecuária, atividades com histórico de resgate, aparecem em seguida, com 15,18% e 14,29% do número de trabalhadores identificados em condição análoga à de escravo.

Formalização do trabalho

Além do resgate dos trabalhadores em condições análogas à escravidão, que representaram 13,26% do universo alcançado, as operações coordenadas pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social beneficiaram um total de 7.616 trabalhadores.

Os auditores fiscais do trabalho, além de afastá-los das graves situações de violação de direitos humanos, os encaminham à formalização dos contratos, à adequação das condições de segurança no trabalho, ao depósito do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, ao acesso ao Seguro-desemprego a que tem direito a vítima resgatada e ao pagamento das verbas trabalhistas devidas pelos empregadores.

(Agência Brasil)

Assessoria técnica do Incra/BA mapeia assentamentos para a implantação de agroindústrias – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. 29/01/2016

Oitos profissionais da assessoria técnica do Incra estão mapeando a aptidão produtiva e técnica de assentamentos baianos para implantação de 171 agroindústrias.

A equipe faz parte de uma força-tarefa que, desde o dia 18 de janeiro, realiza visitas a 60 assentamentos. A ação terminou nesta sexta-feira (29) e será retomada, de 15 a 29 de fevereiro, para analisar mais áreas de reforma agrária.

A iniciativa é da extensão rural prestada ao Incra por meio da Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR), do governo do estado.

Já as agroindústrias integram um convênio firmado entre o Incra e o governo do estado, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR), com execução da companhia.

Em três anos, o investimento do Incra será de R\$ 50 milhões e do governo baiano de R\$ 10 milhões. A estimativa é que as unidades atendam 16 mil agricultores familiares e assentados.

Primeira fase

De acordo com o perito federal agrário do Incra/BA, Victor Fernandes, a iniciativa é o primeiro passo para verificar a capacidade produtiva dos assentamentos e o potencial do território em abastecer as agroindústrias. “Os profissionais também apuram as condições de eletrificação, água potável e espaço adequado para a instalação dos equipamentos”, completa Fernandes.

As análises da força-tarefa também avaliarão as potencialidades para a inserção das agroindústrias em até oito cadeias produtivas: do cacau, do leite, da mandioca, do mel, das frutas, de doces e compotas, de avicultura e do dendê.

A assessoria técnica do Incra desenvolverá perfis técnicos, até o final de 2016, para a implantação de 50 agroindústrias com base nas análises realizadas nos meses de janeiro e fevereiro.

Territórios de identidade

Em janeiro, a equipe visitou os territórios do Litoral Sul, Baixo Sul, Recôncavo, Litoral Norte, Agreste Baiano, Região Metropolitana de Salvador, Chapada Diamantina, Vitória da Conquista, Piemonte do Paraguaçu, Vale do Jequiriçá, Semiárido Nordeste II, Portal do Sertão e Sisal.

Para o mês de fevereiro, o planejamento vai atender assentamentos situados nos territórios de Costa do Descobrimento, Extremo Sul, Oeste, Bacia do Rio Corrente, Piemonte do Itapicuru, Velho Chico, Irecê, Sisal, Semi Árido Nordeste II e Sertão São Francisco.

Incra defende articulações institucionais para promover regularização fundiária – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. 29/01/2016

Intensificar a regularização de áreas urbanas e rurais a partir da articulação entre diferentes instituições foi uma das ideias apresentadas durante o painel “Instrumentos para regularização fundiária”, realizado nesta sexta-feira (29), em Torres (RS). O tema foi abordado pelo diretor de Ordenamento da Estrutura Fundiária do Incra, Richard Torsiano, e pela coordenadora do Núcleo de Defesa Agrária e Moradia da Defensoria Pública do Estado, Adriana Schefer do Nascimento.

O painel fez parte da programação da Assembleia Geral de Verão, promovida pela Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul (Famurs) entre os dias 27 e 29 de janeiro. Em torno de 200 prefeitos e vice-prefeitos gaúchos participaram do evento, que contou, ainda, com a presença do coordenador geral de regularização fundiária do Incra, Stanislau Lopes, e do chefe da Divisão de Ordenamento da superintendência regional, Luis Renato Janiewicz.

Torsiano expôs a dimensão nacional e ressaltou a realidade do Rio Grande do Sul, onde muitos municípios são formados por propriedades da agricultura familiar. Segundo o diretor, os governos municipais estão mais próximos dos agricultores e, por isso, o Inbra e o Ministério do Desenvolvimento Agrário buscam ampliar relações a fim de contribuir para o ordenamento da malha fundiária.

“Estamos em um processo de aprofundamento das relações com os entes federativos. É uma possibilidade de consolidarmos políticas públicas que garantam a permanência na terra e evitem o êxodo rural”, afirmou Torsiano.

Parcerias

A defensora pública Adriana do Nascimento destacou a importância das relações interinstitucionais para o avanço da regularização fundiária. “O Núcleo da Defesa Agrária da Defensoria lida com temáticas específicas, então é imprescindível estarmos todos juntos. O Inbra tem nos auxiliado bastante nas questões rurais”.

Conforme Adriana, existem municípios gaúchos onde 85% do território está irregular. “O Rio Grande do Sul é um estado que tem muitos pequenos agricultores, que se não estiverem regulares, deixam de acessar uma série de outros recursos. Então, buscamos levar ao conhecimento dos prefeitos os instrumentos de regularização de terras que podem ser usados. A Defensoria entende que o direito à propriedade e à moradia são direitos fundamentais das pessoas”, explicou.

Em julho do ano passado, Defensoria Pública do Estado, Famurs, Instituto de Registro Imobiliário do Brasil e Colégio Registral do Rio Grande do Sul assinaram um termo de cooperação que visa orientar e incentivar a regularização de áreas urbanas e rurais. Foi formado um grupo de trabalho permanente para discutir o tema e analisar a legislação. O grupo elaborou a Cartilha de Orientação para o Uso de Instrumentos de Regularização Fundiária no RS, entregue a todos os prefeitos que participaram do evento.

Inbra/PB sedia seminário de políticas públicas para comunidades quilombolas – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. 29/01/2016

Cerca de 60 representantes de 11 comunidades quilombolas de nove municípios paraibanos e de órgãos públicos federais e estaduais participaram do 3º Seminário de Políticas Públicas para Comunidades Quilombolas, nesta sexta-feira (29), no auditório do Incra na Paraíba, em João Pessoa.

Compareceram ao evento, que foi promovido pela Associação de Apoio aos Assentamentos e Comunidades Afrodescendentes da Paraíba (Aacade/PB), servidores do Serviço de Regularização de Territórios Quilombolas do Incra/PB e representantes da Delegacia Federal do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) na Paraíba, do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (Dnocs), do Departamento de Estradas de Rodagem (DER), da Companhia Estadual de Habitação Popular da Paraíba (Cehap), da Secretaria de Estado da Mulher e da Diversidade Humana (SEMDH), do Ministério Público Federal (MPF) e do Programa de Promoção e Ação Comunitária (Propac).

O objetivo do seminário, segundo a presidente da Aacade/PB, Francimar Fernandes, foi discutir com representantes de comunidades quilombolas e de órgãos públicos federais e estaduais projetos em benefício das famílias. “Firmamos compromissos e agendas com esses órgãos para a realização de novas obras e para a conclusão das que estão em andamento”, disse Francimar.

Entre os temas tratados com os representantes do poder público estavam a perfuração e a manutenção de poços, a construção de cisternas e de sistemas de abastecimento de água, a abertura e a manutenção de estradas vicinais que dão acesso às áreas quilombolas e a construção de moradias.

As seguintes comunidades quilombolas participaram do evento: Gurugi, no município de Conde; Vila Teimosa e Sussuarana, em Livramento; Serra Feia e Chã de Aracati, em Cacimbas; Matão, em Gurinhém; Grilo, em Riachão do Bacamarte; Matias, em Serra Redonda; Comunidade Negra Senhor do Bonfim, em Areia; Caiana dos Crioulos, em Alagoa Grande; e Pedra D'Água, em Ingá.

**Incra obtém nono imóvel para consolidação do território quilombola de Serra da Guia (SE) – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.
29/01/2016**

O Incra promoveu, nessa quinta-feira (28), evento que marcou a entrega simbólica das áreas de cinco imóveis rurais que integrarão o território quilombola de Serra da Guia, no município de Poço Redondo, no Alto Sertão Sergipano, distante cerca de 170 quilômetros da capital do estado, Aracaju. O ato público foi realizado na própria comunidade, onde vivem 198 famílias.

Estava prevista, inicialmente, a entrega de quatro imóveis obtidos pela autarquia federal na última semana, mas esse número acabou sendo ampliado com a confirmação da conquista de mais uma área, a Fazenda Rio Doce. O imóvel de 283 hectares foi o nono adquirido pelo Incra para a composição do território quilombola.

A partir das novas obtenções, a comunidade passa a usufruir de uma área de 1.899 hectares, que compõe 21% do perímetro definido por estudo para a consolidação do território quilombola.

Serra da Guia e outras comunidades sergipanas

Serra da Guia foi a terceira comunidade com área decretada como de interesse para a composição de um território quilombola em Sergipe. As famílias que vivem no local desenvolvem atividades econômicas como a pecuária e a produção de milho e feijão.

Além de Serra da Guia, se encontram em fase de consolidação territorial as comunidades de Mocambo (96% da área obtida), em Porto da Folha, Lagoa dos Campinhos (90%), em Amparo do São Francisco, e Pirangy (60%), no município de Capela.

MDA e Incra ampliam ações para o fortalecimento da reforma agrária – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. 29/01/2016

Para dar maior celeridade à reforma agrária e otimizar o acompanhamento da situação das famílias acampadas no País, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), instalou, em parceria com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), nesta quinta-feira (28), a sala de situação da reforma agrária, para monitorar o assentamento de famílias e futuras desapropriações de terras da reforma agrária.

Na avaliação do ministro do MDA, Patrus Ananias, a sala vai ser fundamental para fazer a reforma agrária avançar. “A sala que implantamos é um espaço prioritário para o

MDA . Uma ação fundamental para cumprirmos nosso objetivo estratégico de assentarmos, em condições dignas, até o final do mandato da presidenta Dilma, as famílias acampadas no Brasil”. A sala, que vai ter reuniões constantes e envolver diversos atores da direção do MDA e do Incra, vai ser coordenada pelo ministro Patrus, pela secretária executiva do MDA, Maria Fernanda Coelho, e pela presidente do Incra, Maria Lúcia Falcón.

Além de fazer o levantamento detalhado das famílias acampadas – como idade, escolaridade, aptidão para as atividades agrícolas e localização do acampamento, a sala de situação também vai identificar as melhores terras para assentar as famílias. O objetivo é que a área assegure condições para a criação de assentamentos qualificados e economicamente sustentáveis, com infraestrutura, acesso a recursos hídricos e proximidade de mercados consumidores.

A sala de situação também vai ser um espaço de articulação do MDA, com outros ministérios, estados e municípios e entidades da sociedade civil organizada. Os números mais atuais indicam que existem 129 mil famílias em acampamento no País, aguardando serem assentadas pelo governo federal. Essas famílias já estão cadastradas no Incra e no CadÚnico.

Quem pode ser assentado

Para ser assentado pelo Incra, agricultores e agricultoras devem ser adultos ou jovens emancipados - com idade entre 16 e 18 anos, sem terra, posseiro, assalariado, parceiro ou arrendatário, ou ainda aquele cuja propriedade não seja maior que um módulo rural do município.

O Incra recebe as inscrições, cadastra e seleciona candidatos a beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária. A inscrição pode ser feita em qualquer unidade do Incra, bastando apresentar documentos de identificação do interessado e do seu cônjuge ou parceiro, quando houver. O Incra também realiza inscrições em campo.

Após a checagem de todos os dados dos candidatos, com pesquisa nos banco de dados da Receita Federal, Polícia Civil, INSS, junta comercial, secretarias de segurança pública e prefeituras, entre outros. As famílias selecionadas passam por um processo de classificação, assim que surgirem vagas em imóveis recém-adquiridos pelo Incra.

Entre os critérios para classificação das famílias cadastradas, estão: tamanho da família; força de trabalho da família; idade do candidato; tempo de atividade agrícola; moradia no imóvel desapropriado; moradia no município; tempo de residência no imóvel; e a renda anual familiar.

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores

Ademir A. Cazella, Andrey Cordeiro Ferreira,
Armando Fornazier, Catia Grisa, Claudia Job Schmitt,
Fábio Luiz Búrigo, Georges Flexor, Jorge Romano,
Karina Kato, Lauro Mattei, Leonilde Medeiros,
Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf,
Silvia Zimmermann, Valdemar João Wesz Junior

Assistentes de Pesquisa

José Renato S. Porto

Secretária

Diva de Faria

op
pa **Observatório de Políticas**
Públicas para a Agricultura

cpda **Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais**
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 - r. 214

Fax: 21 2224 8577 - r. 217

Correio eletrônico: oppa@ufrj.br

Sítio eletrônico: www.ufrj.br/cpda/oppa